

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

É com cada vez maior preocupação que o PSD tem acompanhado a situação no sector da a educação em Portugal. Este governo, em particular o Ministro da Educação e sua equipa de forma imponderada são responsáveis pelo enorme clima de instabilidade e tensão que hoje o sistema educativo público vive com naturais reflexos na crescente inquietação de famílias, alunos e educadores.

Em virtude da duplicidade da agenda política da atual solução governativa, escolas, professores, funcionários e alunos são hoje vítimas de jogos e manobras politico-partidárias que são consequência da circunstância do governo e dos partidos que o apoiam. O profundo desprezo pelo superior interesse pelo futuro da educação e do país é sistematicamente patenteado pela atuação de uma tutela que sem rumo coloca em causa o muito que foi alcançado na educação nas últimas décadas. Os exemplos sucedem-se.

Começando pela política errada e insustentável do Governo de controle aparente das contas públicas e do défice através de uma diminuição e sistemática subexecução do investimento público, que se reflete na diminuição da qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos. Mas também por via do estrangulamento dos serviços públicos e do sistemático adiamento de intervenções e investimentos indispensáveis ao seu bom funcionamento, que se reflete no dia-a-dia das escolas e dos alunos que se vêem confrontados com ausência de condições físicas e materiais traduzidas em janelas partidas que não são substituídas, salas geladas, casas-de-banho degradadas, ginásios e laboratórios sem condições, infiltrações, material tecnológico degradado, etc.

Continuando pela inqualificável campanha pública do governo na sua guerra contra os professores degradando e delapidando o seu necessário e devido reconhecimento social que só encontra paralelo na governação da ex-ministra Maria de Lurdes Rodrigues. É preciso recuar a esses tempos para assistirmos a um descontentamento tão acentuado na Educação, virtude de

uma governação errática mas prepotente, incompetente que acumula trapalhadas e atropelos, que deliberadamente engana professores e diretores e que subverte as normas, os acordos, as resoluções a seu bel-prazer. Os professores foram enganados, deliberadamente enganados por este governo, instrumentalizados pela maioria parlamentar. Para garantir a sua manutenção no poder o governo e o PS assumiram compromissos que hoje negam e afirmam não ter condições para cumprir, e agora voltam a adiar negociações com professores em função do calendário político partidário da geringonça.

Passando pelo experimentalismo de uma reforma curricular estabelecida sem qualquer base empírica ou avaliação fundamentada que a sustente e que mereceu sérios reparos do Sr. Presidente da República; pela alteração de programas, pela promulgação no final do ano letivo de novas aprendizagens essenciais, segundo o princípio da obsolescência dos adquiridos cerceia o conhecimento e promove o facilitismo.

Pela instabilidade no Sistema de Avaliação externo – instrumento indispensável para aferir e complementar a avaliar a avaliação interna e garantir uma monitorização e regulação do Sistema - que em menos de 3 anos sofreu seis alterações sem qualquer sustentação ou avaliação que justificasse.

Pelo desrespeito pela avaliação interna, pela importância dos conselhos de turma e pela dignidade do acto de avaliar, como mostra toda a recente atuação do Ministro através dos serviços do Ministério, designadamente da DGESTE que, para tentar resolver um problema que ele próprio criou, atenta contra a legislação da educação em vigor e por ele revista e que retoma ao que parece as notas administrativas. Pela deturpação daquela que é a missão da IGEC hoje obrigada a ser uma polícia política ao sabor dos caprichos do Ministro.

Todos estes exemplos são ilustrativos da ausência de rumo do governo na educação e sobretudo , atendendo ao clima de insatisfação e confrontação social que atualmente se vive levantam sérias e fundamentadas dúvidas sobre a tranquilidade e estabilidade na abertura do próximo ano letivo.

**Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vem por intermédio de Vossa Excelência dirigir ao Governo, através do Ministro da Educação, as seguintes perguntas:**

1. Pode garantir o Ministério da Educação que a justiça na dimensão pedagógica da avaliação interna de todos os alunos foi salvaguardada e que a legislação da educação nesta matéria foi integralmente cumprida?
2. Pode garantir o Ministério da Educação que estão reunidas todas as condições para a tranquilidade na abertura do ano letivo?

Palácio de São Bento, 1 de agosto de 2018

Deputado(a)s

MARGARIDA MANO(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)

ANA SOFIA BETTENCOURT(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

MARIA MANUELA TENDER(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

CARLOS ABREU AMORIM(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

JOSÉ CESÁRIO(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

RUI SILVA(PSD)

CRISTÓVÃO SIMÃO RIBEIRO(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)